

Entrevista com Jorge Pedreira

Interview with Jorge Pedreira

Carlos Gabriel Guimarães*

Universidade Federal Fluminense
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Jonas Moreira Vargas**

Universidade Federal de Pelotas
Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Avaliado Internamente pela Equipe Editorial.

Entrevista realizada por e-mail entre abril e maio de 2024, para o dossiê "Capitalistas, comerciantes e homens de negócios: trajetórias de atuação e redes mercantis no mundo Atlântico (séc. XIX)".

* Professor Titular da Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Instituto de História. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo; Mestre e graduado em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: carlosgguimaraes@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4007-8577>

 <http://lattes.cnpq.br/9663902817625185>

** Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História. Doutor em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jonasmvargas@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-1197-6933>

 <http://lattes.cnpq.br/6511913807881617>

Em dezembro de 2023, realizamos nosso primeiro contato com o Professor Jorge Miguel Viana Pedreira, que aceitou com satisfação o convite para conceder a presente entrevista. Desde então, trocamos algumas mensagens com o entrevistado e as perguntas e respostas foram realizadas por e-mail, entre abril e maio de 2024. Decidimos focar a entrevista no tema relacionado ao próprio Dossiê, no qual o Professor Jorge Pedreira é um grande especialista, possuindo uma produção historiográfica internacionalmente reconhecida. Docente na Universidade Nova de Lisboa desde 1982, o entrevistado também foi professor visitante da Brown University e da Universidade de São Paulo (2004) e *visiting scholar* da John Carter Brown Library (2018). É autor de diversos livros, artigos e trabalhos acadêmicos, com destaque para *Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil 1780-1830* (Oeiras: Difel, 1994), *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa, de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social* (Tese de Doutorado em História, Universidade Nova de Lisboa, 1995) e *D. João VI. Lisboa: Temas e Debates* (2009), em parceria com Fernando Dores Costa.

Ao longo das próximas páginas, os leitores e as leitoras poderão saber um pouco mais da trajetória acadêmica e das opiniões do entrevistado sobre alguns debates historiográficos e abordagens históricas mais recentes e algumas metodologias caras à História Social das Elites.

Entrevistadores: Podemos começar com uma pergunta básica. Conte-nos sobre o início da sua trajetória acadêmica. Por que o senhor decidiu estudar História?

Jorge Pedreira: A minha decisão de estudar História está muito associada à Revolução do 25 de Abril de 1974, em Portugal. Eu completei dezesseis anos de idade no dia seguinte à Revolução dos Cravos, de que circunstancialmente se celebraram muito recentemente os cinquenta anos. Apesar de já ter noção do autoritarismo do regime, da existência de presos políticos, de conhecer vagamente outros sistemas, até pelo que ouvia em casa, e principalmente de ter presente que, no fim do curso universitário, seria mobilizado para a Guerra Colonial, o que era uma aflição para todos os jovens e suas famílias, o mais provável é que, se não tivesse ocorrido o 25 de Abril, teria ido, tal como o meu irmão mais velho, para a Faculdade de Direito, para seguir depois a profissão de advogado, que era a do meu pai. Mas a Revolução virou o país de pernas para o ar e virou também o meu mundo de pernas para o ar. No dia seguinte, percebi que, na escola secundária pública que frequentava, o Liceu Camões, os professores, quase todos, tinham perdido toda a autoridade, porque esta dependia exclusivamente do regime, da ditadura que caíra na véspera. Os dezoito meses que se seguiram, de debates e controvérsias ideológicas, de grandes projetos para construção de

uma sociedade melhor, de grandes esperanças na mudança, mas também de conspirações e golpes, foram extraordinários. Em certo sentido, foi uma festa. Embora muito jovem, participei ativamente nesse movimento. E quis perceber o que se passava, como se fazia a mudança. Foi isso que me levou à História, disciplina de que, com a Filosofia e Literatura Portuguesa, já gostava muito no Liceu, mesmo antes da Revolução. Quando entrei na Universidade, na Faculdade de Letras de Lisboa, depois de um ano em que as universidades não puderam aceitar novos alunos, por causa da confusão que se vivia, já estava tudo mais tranquilo, já se estabelecera uma “ordem”, por assim dizer, embora ainda se respirassem os fumos da Revolução.

Entrevistadores: Como interessou-se pelo estudo dos comerciantes de Lisboa nos séculos XVIII e XIX?

Jorge Pedreira: A vontade de perceber a mudança, num tempo em que reinava a influência do Marxismo, levou-me, desde cedo, ainda na Universidade, a escolher temas e problemas de História Económica e Social. No final do curso, que então durava cinco longos anos, frequentei uma disciplina sobre a Revolução Industrial e fiz alguns trabalhos sobre História Económica e Social de Portugal nos séculos XVIII e XIX, contando com o incentivo de dois jovens professores na altura, dois dos melhores professores que tive em toda a minha vida, Jorge Custódio e José Manuel Sobral (com António Borges Coelho, menos jovem, mas não menos notável). Quando, pouco mais de um ano após ter concluído o curso, entrei, em 1982, no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde Vitorino Magalhães Godinho reunia um pequeno grupo de jovens em torno da Sociologia Histórica, levava comigo uma ideia de um projeto que juntava o estudo da crise do Antigo Regime e do atraso económico de Portugal, de como a Revolução Industrial não chegara verdadeiramente a ocorrer e a transformação do país fora limitada. Esse projeto acabaria por conduzir à minha tese de mestrado, em que se combinava já a perspectiva estrutural e a avaliação das circunstâncias, profundamente marcadas pelas Invasões Francesas e pela guerra e pelo colapso do sistema colonial e a separação do Brasil. O livro que corresponde a uma profunda revisão da tese de mestrado, chama mesmo já o Brasil para o subtítulo (*Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil 1780-1830*).

Na tese de mestrado, procurei fazer história económica e social, com o social sublinhado. Fazer história económica, sem que as pessoas ali estejam, como pessoas inteiras, como verdadeiramente são e não como autómatos ou simples modelos de comportamento, interessa-me muito menos, desde sempre. E nesse trabalho, deparei-me como uma categoria, de certo modo um grupo social, que era essencial para as atividades económicas mais dinâmicas do tempo, o comércio ultramarino, alguns ramos industriais, os chamados homens de negócio. Escrevi então algumas páginas sobre eles e sobre as suas posições e foi assim que fiquei com vontade de lhes dedicar todo um estudo, que acabou por constituir a tese de

doutoramento. Desde então, nunca me deixei de interessar por esse grupo, até porque, de cada vez que penso que acabei de dar uma resposta, outra questão se abre. Foi assim que cheguei e que foi prosseguindo a minha investigação sobre os homens de negócio da praça mercantil de Lisboa – que não são apenas comerciantes, mas também financeiros, industriais e até proprietários agrícolas – nos séculos XVIII e XIX.

Entrevistadores: Em 2025, a sua tese de Doutorado completará 30 anos. Qual era o cenário historiográfico na época em que o senhor começou a desenvolver essa pesquisa? Passados todos esses anos, como o senhor percebe as contribuições historiográficas trazidas por esse trabalho?

Jorge Pedreira: Trinta anos, é verdade! É muito tempo, certamente mais do que gostaria de admitir. Há trinta anos, na época em que fazia a minha Tese de doutoramento, nos anos 1980 e 1990, o cenário estava marcado pela crise dos grandes paradigmas historiográficos, ainda mais depois da queda do muro de Berlim. Sucediavam-se as chamadas “viragens” – ou “viradas”, como se diz em português do Brasil – havia diversas fontes de influência e de inspiração, mesmo em Portugal. Até dentro de um pequeno círculo de colegas, as opções eram muito variadas. Da “Nova História” e das novas gerações dos *Annales* à História Cultural, à viragem linguística e ao pós-modernismo, por exemplo. Mas também da História Social britânica, à micro-história e aos sistemas-mundo, para já não falar ainda da nova história económica, econometria histórica, ou cliometria, e a economia institucional, que ainda contavam com pouca adesão entre nós. No Departamento de Sociologia da Universidade Nova, estávamos então atentos a essa vaga ascendente da Sociologia Histórica, que colocava as grandes interrogações, sobre o Estado, o capitalismo, as revoluções. Como se vê, o cenário era rico e complicado, ao mesmo tempo, dando lugar a muitos debates cruzados.

No trabalho que fazia na altura, não me sentia minimamente fiel a qualquer tendência. Por um lado, retomava uma agenda da historiografia portuguesa, sobre o atraso, que vinha do trabalho de mestrado, e sobre a debilidade da burguesia portuguesa, na linhagem que leva da Geração de 70 e de Oliveira Martins, por António Sérgio e Jaime Cortesão – que teve, porventura, a visão mais fecunda, sobre a insuficiência da diferenciação dessa burguesia – até Vitorino Magalhães Godinho. Por outro, procurava responder de modo diferente, por meio de um inquérito histórico e sociológico, prosopográfico, que usasse as categorias dentro de uma análise comparativa capaz de caracterizar sociologicamente a própria burguesia, termo de que

1 Ver, por exemplo, *Money and Liberty in Modern Europe: A Critique of Historical Understanding* (1987) e “The concept of class”, em *Social Orders and Social Classes in Europe Since 1500. Studies in Social Stratification* (1992, p. 13-25).

não gosto, porque se presta às maiores confusões, e que, portanto, uso o mínimo possível (concordo com a sugestão de William Reddy,¹ de que devíamos mesmo suspender o uso do termo), assim como os seus interesses, aspirações e modos de agir. É interessante que as conclusões a que a pesquisa me conduziu vão ao encontro da perspectiva de Fernand Braudel sobre o capitalismo, exatamente nas duas dimensões em que ele mais se afasta das visões comuns: em primeiro lugar, a importância da relação próxima com o Estado, o uso do poder para controlar o mercado, o antimercado, a fuga à concorrência; depois, a falta de especialização, a exploração de todas as oportunidades de negócio e de ganho. Por isso, se acentuo a importância da diferenciação social para explicar a emergência da elite mercantil pombalina, trata-se de uma diferenciação segundo a dimensão, o volume, o nível de atividade, entre o grosso trato e retalho, e não uma diferenciação por atividade (entre comércio e finança, ou entre indústria e comércio, por exemplo).

Por isso, se algum mérito o meu trabalho tem, e não me cabe a mim dizê-lo, é a sua coerência e a unidade entre as perguntas e os problemas colocados e os meios, os métodos, para responder-lhes. Mas não esqueço que beneficiei muito, então, de poder contar não só com Vitorino Magalhães Godinho, mas com vários amigos e colegas, a maior parte dos quais faziam as suas teses ao mesmo tempo. Nesses anos, trocávamos com frequência impressões, comentários, encorajamentos. Em certo sentido, a minha tese é gémea, no domínio da história social, da de Nuno Gonçalo Monteiro, sobre a aristocracia, e da de Pedro Tavares de Almeida, sobre a elite política e administrativa. E havia ainda o Rui Santos, o Diogo Ramada Curto, o Francisco Bethencourt.

Além disso, não posso deixar de referir ainda dos trabalhos desenvolvidos no Brasil, que abriram novas possibilidades no mesmo caminho de investigação e foram muito úteis para mim, em particular o livro de João Luís Ribeiro Fragoso, *Homens de Grossa Aventura*.

Entrevistadores: Desde a última década, a chamada História Global tem cada vez mais ampliado a sua projeção historiográfica mundial. Como o senhor vê essa recente “virada global”? Que relações ela possui com uma clássica tradição de estudos que tem em Vitorino Magalhães Godinho, seu antigo orientador, uma de suas referências?

Jorge Pedreira: É bem certo, a História Global ganhou uma capacidade de atração, um valor intelectual muito grande e polarizou diversos debates nos últimos tempos. No entanto, sob a bandeira da História Global acolhem-se orientações, abordagens e trabalhos muito diferentes, muitos dos quais vêm em busca da legitimidade que essa etiqueta lhes confere, procuram aproveitar a sedução que ela exerce, embora tenham com a dimensão propriamente global uma relação bastante remota.

O próprio pensamento histórico sobre a globalização pode ajudar-nos a perceber, de uma forma reflexiva, a atual importância da História Global. É natural que, quando cada vez

mais aspectos da nossa vida dependem do que passa à escala global, que a própria História, enquanto área de conhecimento, adote esse ponto de vista.

Quando Fernand Braudel escreveu o terceiro volume de *Civilisation matérielle, économie et capitalisme* (publicado em 1979), em que apresenta a sua visão sobre a economia-mundo, a globalização estava muito longe de ter atingido a extensão e a profundidade que alcançou em tempos mais recentes. Contudo, o quadro teórico então apresentado por Braudel pode ser muito útil, concebendo o espaço da vida económica e social dividido hierarquicamente em três níveis ou patamares: um primeiro, ao rés-do-solo, a civilização material, dominado pelas atividades quotidianas da massa da população rural, com recurso apenas extraordinário aos mercados, meramente complementares da economia de vizinhança; outro, acima, a economia propriamente dita, onde imperam as trocas, em mercados de diferente periodicidade, dimensão e raio de atração geográfica, onde afluem já mercadores profissionais, interpondo-se entre produtores e consumidores; e, finalmente, um terceiro, o tempo do mundo, formado pelas atividades de cúpula, principalmente financeiras, a larga escala e a longa distância, pelas quais o capitalismo privatiza e toma conta de parte dos mercados. Este terceiro nível, nos tempos anteriores ao capitalismo industrial moderno e à globalização oitocentista, formava, relativamente aos outros dois, principalmente ao primeiro, uma delgada película. Uma grande parte da vida económica e social de uma grande parte do território e da população mundial não era determinada, não era mesmo tocada, pelo que se passava a esta escala.

Foi-se alargando depois, lentamente, desde o século XVI. No século XVIII, ampliara-se, incorporando regiões, do Extremo-Oriente às Américas, e atividades, da tecelagem de algodão, à plantação de açúcar, sem esquecer, evidentemente, o trágico tráfico de africanos escravizados. Expandiu-se durante o século XIX, em uma forte vaga de globalização, animada pelo desenvolvimento das comunicações, pela redução de custos de transporte, que fez mover bens, capitais e pessoas numa escala sem precedentes (como mostram os estudos de Kevin O'Rourke e Jeffrey Williamson).² Foi assim até a Grande Guerra. Conheceu então um refluxo, que perdurou além do final da II Guerra. Desde os anos 1990, com a quebra do bloco comunista, com as novas tecnologias de informação e comunicação e o afundamento dos preços dos transportes, ultrapassou sucessivamente todos os indicadores, revelando-se com absoluta clareza, por exemplo, na forma como a gestão irresponsável do risco em duas sociedades hipotecárias americanas desencadeou uma crise financeira mundial, no modo como a guerra na Ucrânia torna iminente a fome em África ou na forma como a exploração incontrolada da natureza gerou uma crise climática que ameaça atingir todos os seres vivos. A dimensão global absorve dimensões cada vez mais amplas da vida económica e social de regiões cada vez mais amplas do globo. Não surpreende, por isso, deste ponto de vista, que a

2 *Globalization and History: The Evolution of a Nineteenth-Century Atlantic Economy* (1999).

História Global, no sentido de História que se faz a esta escala ou que toma esta escala na devida consideração, se alargue e atraia mais adeptos e praticantes. Na história dos dias de hoje, é difícil encontrar alguma partícula da história que não seja global. Como dizia, a dimensão reflexiva da História ajuda-nos a compreender este surto da História Global.

A história interconectada, como hoje muitas vezes se lhe chama, também tem raízes fundas, nomeadamente nas noções de sistema-mundo ou economia-mundo difundidas por Immanuel Wallerstein ou Fernand Braudel. Devo dizer que estas conceptualizações, que usei muitas vezes e se me afiguraram muito perspicazes e úteis, me parecem hoje demasiado esquemáticas, tanto na estrutura, como na fisiologia. Às vezes, só forçando é possível encaixar os espaços no esquema tripartido de centro, semiperiferia e periferia e ainda é mais difícil que a ação dos sujeitos preencha os cadinhos dessas categorias predeterminadas. Por exemplo, nas redes dos homens de negócio, com nós de acumulação nas cidades dos dois lados do Atlântico, faz sentido usar essa classificação? Se, em última instância, para Braudel, a fonte de poder é o dinheiro, o crédito, o poder não estará mais disperso? As hierarquias não serão mais complexas, múltiplas, mesmo do ponto de vista espacial? O centro é uma única cidade, só havendo duas provisoriamente, em tempos de transição? Neste sentido, uma História Global ou interconectada que reconheça a importância da dimensão transnacional, mas se liberte de certos espartilhos conceptuais e identifique a multiplicidade de interconexões e de redes com os seus vários nós e modos de exploração e exercício do poder, pode trazer-nos perspectivas mais enriquecedoras.

A História Global tende a concentrar-se em grandes temas, em vastos processos históricos, em grandes transformações macrosociais que deslocam as formas de dominação, social, econômica, política e cultural e que por isso são particularmente aliciantes para quem as quer estudar. É o caso, por exemplo, do capitalismo, da industrialização, da urbanização, do colonialismo, do imperialismo, por exemplo. Mas não tem necessariamente de ser assim. As ligações entre macro e microanálise, entre a escala global e local podem ser igualmente reveladoras. Em qualquer caso, a este nível, a História Global aproxima-se da Sociologia Histórica, em particular da chamada "*Grand Historical Sociology*", da qual, por razões de integração profissional e académica, me sinto próximo. De resto, a interdisciplinaridade é outra das características da História Global que me interessa especialmente. Penso mesmo que, sem as categorias, os conceitos, as metodologias, as teorias das outras ciências sociais, da sociologia, da antropologia, da economia, da demografia, da geografia, a história ficaria míope. Em certos aspectos, é não apenas uma questão instrumental, mas uma questão de atitude. Um dos piores vícios em que infelizmente a historiografia é hoje fértil, o anacronismo, a incapacidade de entendimento dos fenômenos no contexto do seu próprio tempo, poderia ser evitada com uma atitude antropológica, pelo reconhecimento da máxima de que o passado é um país estrangeiro.

Por outro lado, há vários aspectos da História Global que só aparentemente são inovadores. Sem prejuízo do valor e interesse da ideia de que a História deve ser global não apenas em termos geográficos ou espaciais, mas também do ponto de vista étnico e social, a

crítica do etnocentrismo ou do eurocentrismo tem várias décadas. Quando fiz o meu curso de graduação na Faculdade de Letras de Lisboa, nos anos posteriores à Revolução do 25 de Abril, discutíamos a necessidade de tomar uma outra perspectiva e de incorporar outras fontes, produzidas por outros povos e outras culturas, nomeadamente para a história do império português. Evidentemente, as coisas hoje são diferentes, vai-se mais longe e mais fundo. A ideia de fazer a história da “*gente pouco importante*” (para usar o título do livro de José-Andrés Gallego, de 1991), de procurar dar voz ou de ouvir a voz dos que foram mantidos em silêncio, de fazer dos figurantes protagonistas, de mudar a perspectiva e construir as narrativas a partir de baixo, essa pode ser uma ideia válida e oferecerá decerto trabalhos muito interessantes, abrindo uma visão global, panorâmica ou até caleidoscópica dos problemas.

O problema está em que, sob o peso de percepções ideológicas extremas e uma suposta superioridade moral, se criaram visões autoritárias e monolíticas, suportadas em concepções teóricas a que falta, do meu ponto de vista, a necessária fundamentação epistemológica. Assim, aponta-se como ilegítima qualquer outra prática historiográfica, como se só fosse aceitável uma maneira de fazer a história, como se fazer a história dos poderosos, de forma que não seja uma constante denúncia, fosse uma espécie de cumplicidade com as atrocidades que se fizeram ao longo dos tempos. E pior ainda, há quem se arrogue o direito, vá-se lá saber por que, de determinar o que cada um pode ou não pode estudar, como se houvesse uma espécie de polícia intelectual universal. Em nome de visões de progresso, regressa-se a um autoritarismo inaceitável.

Entrevistadores: Qual a sua leitura a respeito da importância econômica do Brasil durante o período do Reformismo Pombalino? Quais os interesses e qual o papel da elite mercantil de Portugal nessa conjuntura histórica?

Jorge Pedreira: É, sem dúvida, uma pergunta muito interessante e que tem provocado bastante controvérsia. O papel desempenhado pelos domínios ultramarinos, ou pelas colônias, no desenvolvimento econômico do Ocidente, em geral, ou das respetivas metrópoles, já foi objeto de várias avaliações e reavaliações. Recordemos, por exemplo, o debate entre Patrick O’Brien e Immanuel Wallerstein, em 1982,³ ou as discussões sobre a chamada “Grande Divergência”.⁴ No contexto de um balanço das discussões sobre o livro de Kenneth Pomeranz, dez anos após a sua publicação, o próprio Patrick O’Brien (2005), que antes desvalorizara a contribuição da periferia, veio defender que a relação com a América nada tinha de periférico, que era verdadeiramente central. Também relativamente a Portugal e ao Brasil há cálculos e juízos diferentes, às vezes feitos pelas mesmas pessoas.

O certo é que, em vésperas do terramoto de 1755, quando o futuro marquês de Pombal começa a adotar providências para o comércio do Brasil, nomeadamente a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, ainda faltavam alguns anos até ao esgotamento

das Minas, de onde continuavam a chegar a Lisboa quantidades significativas de ouro. Pelo menos por causa do ouro, fonte imediata de moeda e de meios de pagamento sobre o exterior, o Brasil era muito importante e, por isso, não surpreende que, tal como em tempo de D. João V, a proteção da colônia diante da cobiça de outras potências europeias fosse uma preocupação fundamental, sendo que eram escassos os meios para uma efetiva defesa militar. Como diz Fernando Novais, é da defesa do património que Pombal trata em primeiro lugar, isto é, procurou salvaguardar o território, estabilizar os seus limites e assegurar o seu usufruto mercantil integral. Para tanto, havia que garantir que todos os vassallos participassem na defesa, incluindo os ameríndios (por isso, em parte, o Diretório dos Índios).

No Reino, grande parte do território, por coincidência aquela onde as formas de exploração eram mais sensíveis aos mercados, tinha condições naturais pouco favoráveis à cerealicultura, e por isso baixos níveis de produtividade, e era geralmente estreita a base para a integração no comércio internacional, com a exceção dos vinhos – e mesmo assim à custa de acordos preferenciais, como o famigerado Tratado de Methuen. Assim, o acesso ao Brasil, com os seus produtos de exportação – açúcar, tabaco, algodão, couros – constituía uma grande vantagem. Especialmente para a cidade de Lisboa, que, em vésperas do terramoto, era uma das seis ou sete maiores da Europa, a relação com o Brasil era fundamental.

Pelo menos desde os tempos em que fora ministro plenipotenciário em Londres, Pombal pensava que, para fortalecer a economia, como meio de robustecer o Estado, os comerciantes portugueses e brasileiros deviam deixar de ser meros comissários dos ingleses e o comércio ativo devia estar sob o controlo dos vassallos do rei de Portugal. Uma vez chegado ao poder, é isso mesmo que procura concretizar. É interessante que os próprios ingleses lhe atribuíam essa intenção, dizendo que, desde que chegara ao governo, pretendia colocar o comércio nas mãos dos nacionais e fazer deles importadores e grossistas dos produtos estrangeiros e entregar-lhes os lucros da exportação de vinhos, mas, como faltassem homens de substância, tinha criado as companhias. Já citei mais de uma vez o ofício do ministro inglês, onde se faz essa afirmação, porque me parece muito revelador.

O Brasil tem por isso um lugar fundamental no reformismo pombalino, que procura reforçar o monopólio do sistema colonial. É o monopólio coletivo, repartido por um grupo, que é favorecido económica e socialmente por Pombal. Enquanto D. João V exigia aos seus contratadores rendas muito elevadas, que levaram alguns a interromper os contratos e até a entrar em falência, o marquês quis consolidar o grupo dos homens de negócio, criando uma representação institucional, a Junta do Comércio, e promovendo-os inclusivamente como

3 O'Brien, Patrick. *European Economic Development: The Contribution of the Periphery* (1982, p. 1-18); Wallerstein, Immanuel. *European Economic Development: A Comment on O'Brien* (1983, p. 580-583); O'Brien, Patrick. *European Economic Development: A Reply*, *Economic History Review* (1983, p. 584-85).

4 Pomeranz, Kenneth. *The Great Divergence: Europe, China, and the Making of the Modern World Economy* (2000).

segundo patamar da nobreza. Isso permitiu afirmar a diferenciação e a estabilidade desse grupo. Para essa elite mercantil, as rendas, isto é, os contratos com o Estado – exploração dos estancos, cobrança de direitos e impostos – e o monopólio colonial formavam a base econômica. Por isso seriam censurados, mais tarde, quando se dizia que estavam acostumados a ter grandes lucros com pouco trabalho.

Podemos dizer que, nesses tempos, o Estado e a elite mercantil e financeira – sólida, diferenciada, com uma representação institucional reconhecida –, se reforçaram mutuamente. Essa elite, que se constituiu no governo pombalino, perdurou durante meio século, até à abertura dos portos, pouco mais além. Depois é outra história.

Entrevistadores: No seu estudo sobre o fabricante Custódio Braga (1793-1832), o senhor demonstrou como a análise de uma trajetória individual pode contribuir para complexificar algumas categorias sociais e desconstruir estereótipos a respeito dos homens de negócios. Na sua opinião, o que as análises microanalíticas contribuíram para renovar a historiografia a respeito da história das elites mercantis?

Jorge Pedreira: É interessante recordar esse estudo, que não é dos meus trabalhos mais referidos. Nessa investigação, em que consegui reconstituir o percurso pessoal de um fabricante da cidade de Braga, o que pretendi foi explorar a relação, com o grau de profundidade e pormenor que só a observação individual permite, entre um dado contexto – com as suas oportunidades e os seus constrangimentos, neste caso, principalmente os seus constrangimentos – e as opções, as ações, os desideratos de um indivíduo, com os seus valores e aspirações. Inicialmente, o que estava em causa era mostrar, antes de mais, que, mesmo no caso de um fabricante empreendedor – que não podia certamente ser apontado como avesso ao risco – os constrangimentos implícitos na situação, no contexto da guerra, da abertura dos portos, do tratado de 1810, dos começos da revolução liberal, criavam dificuldades muito difíceis de superar, que tornavam o sucesso claramente improvável. Embora, ao mesmo tempo, não se tenham deixado de gerar novas oportunidades. A maior fortuna portuguesa do tempo, de Henrique Teixeira de Sampaio, depois conde da Póvoa, foi feita por meio dos contratos de abastecimento do exército luso-britânico. Com esse estudo, eu pretendi demonstrar igualmente que a vontade de reconhecimento e distinção social, em termos tradicionais, através de insígnias e condecorações, nada tinha também de incompatível, ao contrário do que perspectivas menos sutis poderiam dar a entender, com o porventura excepcional “génio empreendedor” de que se fala no trabalho.

Os estudos sobre trajetórias individuais têm sem dúvida a grande vantagem de demonstrar as condições de possibilidade de certas relações, do diálogo entre as estruturas e a ação deliberada dos indivíduos, “agency”, como se diz agora em português... Além disso,

permitem a exploração mais profunda de certo tipo de fontes que revelam as personagens de forma mais integral. No caso dos comerciantes, por exemplo, as correspondências e os livros de escrituração mercantil são fontes muito ricas. Infelizmente são muito raras as séries de que dispomos, que possibilitem a reconstituição de redes de relações sociais e familiares ou as atitudes e formas de ação e organização dos negócios. É interessante como, a partir de alguns desses livros é possível perceber, pelas menções explícitas, como as referências religiosas continuam a guiar ações, mesmo no mundo dos negócios. Num estudo recente sobre história de contabilidade, que aguarda publicação há já algum tempo, tive oportunidade de verificar isso mesmo, confirmando o que Bruce Carruthers escrevera há anos sobre o assunto.

Os estudos individuais proporcionam ainda o conhecimento da forma como os próprios agentes se relacionavam, em que baseavam a confiança uns nos outros, como e com que critérios procediam à organização dos seus negócios. Em investigações recentes, justamente a partir de livros de escrituração de homens de negócio, pude aperceber-me do grau de institucionalização das relações entre as praças mercantis de Lisboa e do Brasil. A regularidade e a reprodução dos negócios eram tão grandes que as comunicações entre as praças tinham adquirido uma feição verdadeiramente institucionalizada, que estava para lá dos indivíduos.

Por outro lado, os estudos que descem à microanálise dão-nos a possibilidade de compreender os conceitos com que os agentes efetivamente operavam – por exemplo, se noções modernas, capitalistas, de capital e de lucro faziam sentido para eles – os objetivos por que se moviam. Desse modo não ficamos pela reprodução mecânica de modelos teóricos de ação económica. Os estudos de Pierre Gervais são a este respeito particularmente interessantes.⁵

Entrevistadores: Tanto em 2002, como mais recentemente, na ocasião do Bicentenário da Independência do Brasil, o senhor foi convidado para escrever sobre essa temática em coletâneas e dicionários organizados por especialistas. Como o senhor vê as suas contribuições historiográficas a respeito desse processo histórico?

Jorge Pedreira: Desde a Tese de mestrado que me confrontei com a questão da separação do Brasil. O estudo da série do comércio entre Portugal e o Brasil nessas décadas levou-me a interessar-me pelas circunstâncias e também pelas consequências da Independência. No livro baseado na tese, dediquei algumas páginas à questão, retomando em parte o trabalho de Valentim Alexandre.

Mas o interesse veio-me ainda por outra via. O nacionalismo é um tema a que há muito tenho dado atenção, no âmbito da Sociologia Histórica. Nunca fiz investigação original sobre o assunto, mas cheguei a escrever um *working paper* e tenho mantido a curiosidade sobre a questão, como matéria de ensino. Ora, os momentos de fundação das nações são geralmente

momentos de controvérsia histórica, e a história, enquanto disciplina ou área de conhecimento, é sempre chamada a desempenhar um papel muito relevante nessas conjunturas. Não é diferente no caso do Brasil. Há uma historiografia que procura consolidar a legitimidade do Brasil enquanto nação, procurando projetar num passado anterior a sua existência, reiterando e reforçando os discursos dos que intervieram diretamente nessa construção... E isso vem até hoje, apesar dos trabalhos de indiscutível mérito que têm sido publicados, como por exemplo os do João Paulo Pimenta (2022; 2024). Como observador, não posso deixar de notar e às vezes não resisto também a comentar...

O olhar sobre a Independência do Brasil está também marcado pela questão da crise do sistema colonial e pelas interpretações estruturais dessa mesma crise, designadamente a ideia de que o desenvolvimento do capitalismo industrial britânico, na sequência da Revolução Industrial, levaria inevitavelmente à crise do sistema colonial português, porque exigiria o levantamento do monopólio de que falávamos há pouco. Tenho sempre dificuldade em aceitar explicações exclusivamente estruturais, baseadas na ação de causas inevitáveis, impessoais, que não fazem caso das circunstâncias em que se desenvolvem as sequências de acontecimentos. Penso que, se não considerarmos essas circunstâncias na sua irreduzível individualidade, não entenderemos nada do processo de independência e, em particular, as razões pelas quais foi tão diferente dos outros processos da América espanhola.

Podemos dizer que o processo de independência avança em temporalidades ou durações diferentes, um pouco à maneira de Fernand Braudel, ou em vários patamares. A Revolução Industrial, combinada com a Independência da América depois com a Revolução Francesa, veio certamente modificar a distribuição do poder na economia internacional e criar diferentes oportunidades e reivindicações. O movimento é lento, subterrâneo. Antes da aproximação da invasão francesa não há, porém, nenhum indicador seguro de crise, e de repente tudo muda. É o tempo da efervescência quotidiana.

O fracasso da estratégia de procrastinação do governo do Príncipe Regente, que se baseava equivocadamente na ideia de que, cedendo à última hora a todas as injunções de Napoleão, seria possível evitar a invasão, fez precipitar os acontecimentos. Com as tropas francesas às portas de Lisboa, a família real e a corte retiram-se para o Brasil com milhares de vassalos atrás de si e logo o porto é bloqueado pela esquadra inglesa. Do outro lado do Atlântico, os portos são abertos aos navios das nações amigas, pondo subitamente fim ao monopólio do sistema colonial. Não chega a haver propriamente crise, é o colapso repentino. O tempo dessa mudança tornará bruscamente inaceitável o que antes era inquestionável e provável o que era inconcebível.

Mudado em sede da corte, o Rio de Janeiro será o centro de múltiplas possibilidades.

5 Ver, entre outros *Merchants and Profit in the Age of Commerce, 1680-1830* (2014); *Early Modern Merchant Strategies, Economic Sociology* (2014, p. 19-29); *Neither imperial, nor Atlantic: a merchant perspective on international trade in the eighteenth century* (2008, p. 465-473).

Pensando antes de mais nada em termos dinásticos, D. João deixar-se-ia por ali ficar, se não fosse a Revolução no Reino e as reações à Revolução no Brasil – das capitânias, das cidades, dos letrados, dos proprietários, dos negociantes, da “caixeirada” e, por fim, do próprio príncipe D. Pedro. Antes do regresso do rei, porém, parecia o Reino mais inclinado à separação... Depois, os revolucionários de 1820, tendo como uma das suas mais importantes bandeiras a união com o Brasil, acabaram por não conseguir avaliar a situação e por precipitar a separação, o que acabou por acelerar o seu próprio fracasso...

Se alguma contribuição gostaria que os meus trabalhos dessem aos debates sobre a Independência, é justamente esta atenção às circunstâncias, este ponto de concomitância entre temporalidades e níveis diferentes, onde coincidem movimentos estruturais – que não só económicos – e a agitação do quotidiano.

Entrevistadores: Na sua tese de doutorado, o senhor nos oferece uma das melhores aplicações do método prosopográfico para o estudo das elites mercantis dos séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, quais as semelhanças e diferenças do perfil socioeconômico dos comerciantes portugueses com outros grupos mercantis da época? Qual a relação do perfil socioeconômico dos comerciantes lisboetas com a forma como o capitalismo desenvolveu-se em Portugal ao longo do século XIX?

Jorge Pedreira: O emprego do método prosopográfico permitiu-me, de facto, chegar a conclusões significativas. O interesse pela Sociologia e pela História Social tinham-me já chamado a atenção para o método, nomeadamente pelo trabalho de Lawrence Stone (1965; 1971), mas foi a tese de um investigador americano, David Grant Smith (1975), sobre o que ele designou a classe mercantil de Lisboa e da Bahia no século XVII, que me sugeriu as possíveis vantagens da sua utilização. A prosopografia foi especialmente útil porque eu podia contar com um universo bastante bem definido de homens de negócio de grosso trato, matriculados na Junta do Comércio, com listas nominais da própria Junta e do *Almanach da Academia Real das Ciências de Lisboa*, e com fontes que me deram a possibilidade de responder, para uma fração importante desse universo, ao que queria saber, ao inquérito que organizei. Consegui elementos sobre a dimensão do corpo mercantil e a duração da atividade daqueles que o compunham, assim como informação sociodemográfica, relativa a origens geográficas e ocupações, famílias e casamentos, e ainda a sobre carreiras e sobre a composição e construção das fortunas. Pude responder às perguntas e, o que é mais, o tratamento dos resultados revelou regularidades, padrões, perfis, por exemplo quanto ao recrutamento e os trajetos, o que não era forçoso que acontecesse. O risco da prosopografia é fazermos um grande investimento de tempo e trabalho para responder ao inquérito e depois os resultados não permitirem a extração de conclusões significativas. Felizmente não foi o caso.

O perfil, ou melhor, os perfis socioeconômicos dos homens de negócio de Lisboa, porque são vários, revelaram características comuns com os de outras praças mercantis, nomeadamente outros portos europeus. São traços bastante frequentes na Europa, a volatilidade da ocupação, a raridade das dinastias, as quebras de reprodução, a elevada taxa de celibatários e a frequência de casamentos tardios e com grandes diferenças de idades, tudo isto no que diz respeito aos aspetos sociodemográficos, e, quanto aos comportamentos económicos, a preferência pela manutenção do dinheiro no giro do negócio (sem deixarem de aplicar alguma parte em bens de raiz), assim como pela dispersão do risco (por exemplo, para investimentos em navios ou grandes contratos).

Existem, por outro lado, padrões específicos de Lisboa, por exemplo, a proveniência geográfica de uma grande parte dos próprios negociantes, ou dos seus pais e avós, de uma região afastada, o Minho. Essa proveniência, em associação com a importância de uma passagem de alguns anos por um porto do Brasil durante o seu percurso, revela o peso dos pequenos lavradores do Norte e a eficácia dos fatores de repulsão e de migração em cadeia no recrutamento do grupo. A ameaça da divisão da terra por herança, em famílias com algum património, que podem mandar os filhos à escola, ou pelo menos fazê-los aprender a ler, escrever e contar, gera formas de sucessão desigual que expulsam do espaço familiar os filhos segundos, terceiros e por aí adiante. Uns vão para as cidades do Norte ou para Lisboa, muitos para o Brasil, remetidos aos tios (ou primos), que tinham feito o mesmo caminho na geração anterior. Procuram um emprego na administração ou no comércio, uma vez que a escravatura os mantém quase sempre afastados de trabalhos braçais. É o mesmo padrão da chamada migração dos caixeiros. Dos que vão, alguns por lá casam e ficam, outros voltam ao reino, dos quais uma parte significativa para Lisboa, onde prosseguiram os seus negócios. Este padrão é muito específico, podendo eventualmente encontrar-se também entre os galegos, mas não há na Galiza uma cidade como Lisboa.

Por outro lado, ainda entre as características específicas, figura o peso dos domínios nas trajetórias, nos negócios, e a proximidade com a coroa, em especial depois do consulado pombalino. A passagem pelo Brasil foi várias vezes um patamar fundamental para uma carreira nos negócios, o que mostra que se podia ganhar bom dinheiro nos portos brasileiros e que o limiar de entrada era provavelmente mais baixo. O monopólio do sistema colonial funcionava como mecanismo de enriquecimento e acumulação dos dois lados do Atlântico, para as redes estabelecidas. E a proteção da coroa, garantindo esse monopólio, fora essencial para firmar essas redes. Como já disse ajudou a consolidá-las, a robustecê-las, reduziu substancialmente a volatilidade, a rotatividade, ofereceu-lhes negócios, companhias, estancos, contratos de cobrança, empréstimos, prorrogou-lhes ou renovou-lhes adjudicações, de tal modo que, no topo, há uma elite que dura meio século ou mais.

Mas com a quebra do sistema colonial, quebra essa elite também. Uma das maiores evidências disso mesmo é que a sociedade comercial que mantinha a concessão do Contrato Geral do Tabaco, o maior negócio da época, inicialmente porque Pombal o entregara a José Francisco da Cruz com faculdade de escolher os seus sócios, perde a licitação da concessão em

1816. O barão de Sobral, que tinha o contrato como seu património, não queria acreditar. Mas os vencedores do leilão, uma sociedade com ramos no Porto (o futuro fundador da fábrica de louça da Vista Alegre) e em Viseu e de que, portanto, a praça de Lisboa estava ausente, ofereceram uma renda incomparavelmente mais alta. Eram novos tempos. E quando se fundou o Banco de Lisboa (bastante mais tarde do que o do Brasil), a disjunção entre o universo dos principais acionistas e a elite mercantil de fins do Setecentos era completa, com a exceção do primeiro diretor, o barão de Porto Covo da Bandeira. Já antes, quando teve de coletar o corpo mercantil durante as invasões francesas, primeiro para as próprias forças de ocupação e depois para financiar a defesa perante elas, a Junta do Comércio confessara a sua dificuldade, declarando desconhecer muitos comerciantes novos, que se ocupavam de negócios com víveres. Na verdade, não se tratava simplesmente de um novo aumento da rotatividade, de entradas e abandonos, era a própria natureza da profissão que estava em causa. A designação geralmente usada passou de “homem de negócio”, termo cuja definição estava codificada e associada à matrícula na Junta do Comércio, a negociante, menos preciso. A mudança e a dificuldade de regulação pela Junta, instituição de que as cortes liberais desconfiavam, proporcionou o alargamento do perímetro social da categoria. Em Lisboa, o número de negociantes registados no *Almanach* de 1823 quase triplicou. É em torno deste novo perfil e não do da antiga elite ligada ao império e originada pelo reformismo pombalino que o capitalismo português do século XIX vai desenvolver-se, conservando-se, porém, um traço importante: o grande peso dos negócios com o Estado.

Entrevistadores: Além de contribuir com a história dos comerciantes nos séculos XVIII e XIX, a sua Tese também se trata de uma História social das elites – tema que tem atraído muitos pesquisadores brasileiros. O que o senhor diria para um jovem pesquisador ou pesquisadora que está iniciando os seus estudos nessa área? Por que devemos estudar a história das elites?

Jorge Pedreira: A História Social das Elites constitui, sem dúvida, um dos ramos mais interessantes e vigorosos da História Social. Talvez porque o termo se usa geralmente de uma forma flexível, imprecisa, talvez porque esteja igualmente associado aos que possuem uma forma de poder manifesto, àqueles que aparentemente conduzem a história nos seus diversos domínios, tem atraído muita investigação que, pelo menos, se coloca sob o seu chapéu. O caráter maleável do conceito pode ser uma vantagem, mas obriga também a algumas cautelas. Nem sempre a invocação da categoria fará sentido para estudar um determinado grupo. É preciso que saibamos de que estamos a falar.

E de que falamos nós, quando falamos de elites? Estamos a falar de um grupo, de um estrato, colocado em patamares superiores, segundo as escalas de classificação do reconhecimento, da consideração, da distinção, do prestígio, mas que não tem

necessariamente uma capacidade de comando sobre o resto da sociedade? Ou, pelo contrário, estamos a falar de um grupo dirigente, dotado de efetivo poder de comando, que conduz os demais? Grupo que age em função de objetivos ou interesses coletivos, ou de regras de comportamento e valores comuns? E estamos a falar da sociedade e do Estado, em geral, ou apenas de alguns segmentos, recortados espacialmente – de forma local ou regional – ou setorialmente – em termos econômicos, profissionais, políticos, culturais? Podem por isso coexistir várias elites, conviver, relacionar-se, entrar em cooperação, competição, conflito? Podem fundir-se ou cindir-se? Elite é toda a camada ou estrato superior, todo o grupo dirigente ou de poder, ou há características próprias, critérios específicos de definição, de configuração, quanto à sua forma de recrutamento, quanto à sua legitimidade, à sua representação, que as definem relativamente a outros grupos de poder? Porque preferimos categorias como elites ou como classes, por exemplo classes dominantes ou dirigentes? Como se articula o conceito com a análise de redes? Na verdade, para que o termo não perca substância e se torne pouco específico, é necessário – como acontece com outros conceitos das ciências sociais – que tenhamos presentes todas estas questões, que nos façamos entender, que digamos ao que viemos.

Em qualquer caso, as elites são, por definição, grupos superiores, dirigentes. Os modos de exercício de poder, de direção, de dominação, portanto de relacionamento, qualificam, configuram as elites. E conhecer as suas características, por assim dizer, estruturais e as suas formas de ação pode por isso ser da maior importância para a compreensão dos processos históricos. Nem tudo se reduz ao mundo dos poderosos, é bem certo. As ciências sociais têm procurado adotar uma outra perspectiva, um olhar a partir de baixo, reconhecendo as próprias armas dos fracos, para usar a expressão do antropólogo americano James Scott.⁶ Mas há diversos processos históricos que compreendemos melhor porque conhecemos a natureza, a estrutura, a forma de ação das elites que os conduziram.

Assim, se me atrevesse a dar conselhos gerais, e não tenho a presunção de ter a legitimidade necessária para o fazer, diria que é particularmente importante atentar nos conceitos e na sua precisão e operacionalidade, por um lado, e por outro estabelecer o que queremos saber, definir a linha de inquérito e escolher bem o lugar onde fazer o inquérito, pelo menos onde o começar. Há alguns lugares privilegiados de observação, que constituem pontos de recrutamento, de fusão, de reprodução e renovação das elites. Certas instituições, nomeadamente. Os parlamentos, as universidades, as academias, as associações e clubes, por exemplo.

Num estudo que fiz há alguns anos sobre a população e a sociedade portuguesa no século XIX, para o segundo volume (1834-1890) de uma História Contemporânea de Portugal, que tem aliás uma edição análoga na *História do Brasil Nação*, dirigida pela Lília Moritz

6 Ver, entre outros, *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia* (1977); e, *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance* (1985).

Schwarcz, pude verificar como o parlamento e a universidade e, em menor grau, algumas associações e clubes, funcionaram como lugares de processamento, de fusão e recomposição das elites. E essa fusão confirmava-se com frequência pelas relações sociais, nomeadamente pelos casamentos. Os casamentos, as famílias, eram, como são sempre, essenciais à reprodução e renovação das elites e por isso os inquéritos prosopográficos podem ser tão úteis.

Entrevistadores: Uma última pergunta. Fale-nos sobre os seus atuais projetos acadêmicos e interesses de pesquisa.

Jorge Pedreira: Neste momento estou a concluir um artigo sobre a estrutura da antiga sociedade portuguesa, nomeadamente sobre questões relativas à ordem social e sistemas de classificação. O trabalho tem limites cronológicos imprecisos, uma definição relativamente vaga de Antigo Regime. Em primeiro lugar, desenvolve uma discussão teórica sobre o significado da ordem social, sobre as formas de construção dos sistemas de classificação e sobre o modo como estes, por sua vez, contribuem para construir a ordem. Sublinha depois a complexidade da estrutura da sociedade, criticando visões simplificadoras, que adotam apenas um princípio ou critério, pelo qual a definem como uma sociedade de ordens ou de corpos. Discute também o aparecimento de alterações nos sistemas de classificação ou de novos sistemas (por exemplo, para efeitos fiscais) e as possibilidades de mudança, assim como a articulação entre classificações tripartidas (nobreza, clero e povo) e binárias (nobre/plebeu, livre/escravo, limpo/infecto). Reflete sobre os lugares onde são emitidos os juízos de classificação, sobre a intervenção da coroa (nomeadamente em determinados períodos) e a tentativa de construção do monopólio das classificações sociais legítimas, mas também sobre a emergência de classificações a partir de outros lugares (por exemplo no caso da limpeza de sangue). Finalmente, procura salientar a persistência e a dispersão, na sociedade, da capacidade de avaliar, de julgar, de classificar, que é impossível de expropriar e proporciona a emissão de juízos de classificação muito diversos e subtis.

As questões de estrutura e hierarquia social interessam-me hoje especialmente. Cheguei a propor ao meu amigo Nuno Gonçalo Monteiro fazermos em conjunto uma História Social de Portugal, entre os séculos XV e XIX, mas não sei se tenho energia para tanto.

Tenho também outros trabalhos prometidos, com antigos alunos, que foram interrompidos ou não chegaram a ser começados, e que espero retomar em breve. É o caso de um estudo sobre casamentos de homens de negócio, um dos principais indicadores de reconhecimento mútuo da qualidade social, com o Tomás Albuquerque, e de um trabalho sobre o tráfico entre a Guiné e o Maranhão e a resistência dos africanos a bordo de um navio negreiro, com o Cândido Domingues (de que já publiquei uma pequena parte). Espero ainda voltar ao tema da emigração entre Portugal e o Brasil e a sua relação com as carreiras no comércio, mas numa duração mais ampla.

Infelizmente, um projeto coletivo que cheguei a lançar, sobre a mudança da sociedade portuguesa nos últimos sessenta anos, acabou por não se concretizar, por falta de condições e pela desistência de alguns dos participantes que tinha convidado.

Finalmente, espero publicar uma versão atualizada e ampliada da Tese de doutoramento, que está em larga medida feita. Tentei introduzir a atualização bibliográfica, e problemática, e incorporar o trabalho que tenho feito, nomeadamente sobre os anos da Revolução Liberal. Seria a forma de celebrar os trinta anos da sua elaboração original a que vocês gentilmente referiram.

Referências

ALMEIDA, Pedro Tavares de. *A construção do Estado Liberal: elite política e burocracia na Regeneração (1851-1890)*. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

ANDRÉS-GALLEGO, José. *História da gente pouco importante*. Lisboa: Estampa, 1993.

BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe et XVIIIe siècles*. Paris: Armand Colin, 1979.

FRAGOSO, João L. R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

GERVAIS, Pierre. Neither imperial, nor Atlantic: a merchant perspective on international trade in the eighteenth century. *History of European Ideas*, v. 34, p. 465-473, 2008.

GERVAIS, Pierre. Early Modern Merchant Strategies, Economic Sociology. *The European Electronic Newsletter*, v. 15, n. 3, p.19-29, July 2014.

GERVAIS, Pierre; LEMARCHAND, Yannick; MARGAIRAZ, Dominique. *Merchants and Profit in the Age of Commerce, 1680-1830*. London: Pickering & Chatto, 2014.

MONTEIRO, Nuno G. *O crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

O'BRIEN, Patrick. European economic development: the contribution of the periphery. *Economic History Review*, 2nd series, n. 35, p. 1-18, 1982.

O'BRIEN, Patrick. European Economic Development: A Reply. *Economic History Review*, second series, n. 36, p. 584-585, 1983.

O'BRIEN, Patrick. The Global Economic History of European Expansion Overseas. In: BULMER-THOMAS, Victor; COATSWORTH, John; CORTÉS-CONDE, Robert (Orgs.). *The Cambridge Economic History of Latin America*. Vol. 1: The Colonial Era and the Short Nineteenth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

O'ROURKE, Kevin; WILLIAMSON, Jeff. *Globalization and History: The Evolution of a Nineteenth-Century Atlantic Economy*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.

PEDREIRA, Jorge. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil 1780-1830*. Lisboa: Difel, 1994. (Col. Memória e Sociedade).

PEDREIRA, Jorge M. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia Histórica) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

PEDREIRA, Jorge. O "Gênio Empreendedor": Espírito de empresa e dificuldades econômicas no itinerário dum fabricante português, Custódio Braga (1793-1832). *Penélope*, Lisboa, n. 1, p. 65-84, 1988.

PEDREIRA, Jorge. O processo econômico. In: ALMEIDA, Pedro Tavares de (Org.). *A Construção Nacional, 1834-1890*. Vol. II: História Contemporânea de Portugal, 1808-2010. (Org. António Costa Pinto & Nuno Gonçalo Monteiro). Lisboa: Fundación Mapfre; Objectiva, 2013.

PIMENTA, João Paulo. *Independência do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2022.

PIMENTA, João Paulo. *A formação da Nação Brasileira*. São Paulo: Contexto, 2024.

POMERANZ, Kenneth. *The Great Divergence: Europe, China, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

REDDY, William. *Money and Liberty in Modern Europe: A Critique of Historical Understanding*. New York: Cambridge University Press, 1987.

REDDY, William. The concept of class. In: BUSH, M. L. (Org.). *Social Orders and Social Classes in Europe Since 1500*. Studies in Social Stratification. London: Longman, 1992.

SCHWARCZ, Lilia. *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 5 vols.

SCOTT, James. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. New Haven: Yale University Press, 1977.

SCOTT, James. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

SMITH, David Grant. *The portuguese Mercantile Class of Portugam and Brazil in the Seventeenth Century: a socioeconomic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*. 1975. Tese (Doutorado em História) – University of Texas, Austin, 1975.

STONE, Lawrence. *The Crisis of the Aristocracy, 1558-1641*. Oxford: Clarendon Press, 1965.

STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus*, Winter, n. 1, v. 100, p. 46-79, 1971.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. European Economic Development: A Comment on O'Brien. *Economic History Review*, 2nd series, n. 36, p. 580-583, 1983.